

A ROUPA NOVA DO REI¹

Tarso Genro

RESUMO

O artigo situa criticamente o governo Fernando Henrique Cardoso no contexto mais geral das duas últimas décadas, em que a social-democracia teria assumido direta ou indiretamente a responsabilidade pelos ajustes econômicos estruturais reclamados pela direita. Procura refutar quatro teses esgrimidas a favor do atual governo, de que o encolhimento do Estado permitirá melhoria nos indicadores sociais, as privatizações e a desregulação da economia aliviarão a dívida pública, o atual modelo subordinado de inserção internacional é o único disponível e de que este seja um governo social-democrata.

Palavras-chave: social-democracia; governo Fernando Henrique Cardoso; reforma do Estado.

SUMMARY

This article offers a critical assessment of Fernando Henrique Cardoso's current administration within the wider context of the last two decades, when social democracy began to take on direct or indirect responsibility for the structural economic adjustments demanded by the right. The author seeks to refute four theses used to defend the current government: that a reduction of the State will allow for an improvement in social welfare indicators, that privatization and deregulation will lighten the public debt, that the current model of subordinate insertion into the international economy is the only one available, and that the current government is social democrat.

Keywords: social democracy; Fernando Henrique Cardoso administration; reform of the State.

Um juízo sumário sobre a social-democracia

A social-democracia, a partir da década de 80, tornou-se explicitamente a forma política mais adequada para coordenar ou dotar de credibilidade as ações estratégicas de reajuste exigidas pelo aprofundamento do processo de mundialização econômica, pelo predomínio do capital financeiro globalizado e pela crise do Estado de Bem-estar (Anderson, 1988, p. 77).

A respeitabilidade que o projeto social-democrata havia adquirido nos últimos sessenta anos, em função das reformas anteriores à II Guerra Mundial (principalmente nos Países Baixos), das melhorias sociais no pós-guerra, que beneficiaram vastas parcelas da classe operária europeia, bem como da estabilidade política proporcionada pelo direcionamento social dos gastos públicos, conferiu incomparável autoridade à social-democracia. A credibilidade conquistada lhe permitiu, até mesmo, exigir "sacrifícios" em benefício de um futuro ainda

1) No início do governo FHC, travou-se uma polêmica no meu partido (PT) sobre se o governo FHC era um governo neoliberal ou um governo de corte liberal com certa inspiração social-democrata. Alinhei-me à segunda hipótese, embora sempre qualificando-o como um governo de centro-direita. Não sei se estava errado à época ou se, de fato, o movimento concreto do governo — com base nas suas alianças — tornou-o depois tipicamente elitista e neoliberal, como ele se apresenta hoje de forma clara, independentemente de uma vontade política anterior do próprio presidente.

presumidamente melhor do que a situação fruída pelos trabalhadores até meados da década de 80.

Entretanto, a globalização em curso empurrava o capitalismo, desde os anos 70, para mudanças extraordinárias impulsionadas não só pelas novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho, como também pelas novas modalidades de cooperação entre as empresas. A aproximação do novo milênio transformava-se numa busca frenética de produtividade e numa competição que se exacerbava a cada dia.

À medida que este processo amadurecia, acompanhado pela "mundialização" com predomínio predatório do capital financeiro, o Estado precisava "readequar as suas funções". Suas modificações e "reformas" visavam abrir mais espaços para a ação das grandes empresas, ainda amarradas a certas limitações de ordem nacional (Albert, 1991, p. 170) e sequiosas para ampliar os seus mercados. O capital financeiro, cada vez mais concentrado nas grandes corporações e nas mãos de grandes especuladores (com nome e endereço nos países altamente desenvolvidos), passava a dominar a cena. Seus representantes políticos orientavam as políticas econômicas e financeiras ditadas pelo governo Reagan, que pautavam toda a economia mundial segundo os interesses dos Estados Unidos.

Na base da sociedade, as transformações tecnológicas em curso acelerado imprimiam enormes mudanças culturais e macroeconômicas. Os reflexos no mundo do trabalho, ao mesmo tempo que debilitavam as organizações das classes trabalhadores tradicionais (dos metalúrgicos aos mineiros de todos os cantos do mundo), reduziam-lhes a capacidade de promover ofensivas políticas contra o capital: alterava-se a importância política de antigos grupos profissionais considerados historicamente "de vanguarda", surgindo novas categorias de assalariados vinculados às novas tecnologias e aos novos tipos de empresas.

Conseqüentemente, surgia nesse processo um novo mundo do trabalho. Dotados de um novo imaginário nada heróico e nada propenso a ações revolucionárias, os novos trabalhadores desvinculavam-se dos padrões tradicionais da Segunda Revolução Industrial (Gorz, 1995). Processavam-se assim uma ruptura na memória política dos trabalhadores em relação às grandes lutas socialistas da primeira metade do século e também uma ruptura interna, na própria classe, alocada em setores mais (ou menos) modernos, com experiências de luta diferenciadas e subjetividades menos uniformizadas. Cresciam o desemprego e a precariedade.

Paralelamente a essas transformações, as organizações sindicais mais tradicionalmente combativas perdiam, em todos os países industrializados, potência e combatividade. As "reformas" tornavam-se um dogma na esfera da política. As grandes corporações de comunicação passavam a potencializar um novo senso comum, antiestatista, anti-serviço público, antioletivista e profundamente individualista. A fragmentação do processo produtivo, a alienação cultural e a dominação fantástica do capital financeiro ajudavam a desagregar os padrões de sociabilidade e o imaginário político ancorados na modernidade.

O prestígio dos partidos social-democratas ou das políticas social-democratas, nessa transição, legitimou os programas de "reformas" exigidos pelos go-

vemos de direita, ou sustentados pelos próprios social-democratas quando nos governos, ou ainda pelos partidos de centro-direita. Estes, se no governo, recebiam em maior ou menor grau a solidariedade da social-democracia, impotente tanto quanto a esquerda revolucionária para apresentar projetos alternativos.

A questão tornava-se, então, apenas de definição do "grau" das reformas liberalizantes a serem implementadas, e não um debate sobre a *qualidade* das reformas pretendidas. O projeto passava a ser compreendido como a busca do ponto ótimo para os "ajustes estruturais" aparentemente incontornáveis, com a social-democracia às vezes mitigando ou simplesmente *substituindo* os projetos dos partidos liberais e neoliberais. No encaminhamento das reformas desregulamentadoras e na supressão das conquistas sociais obtidas no pós-guerra, a maior parte da esquerda debatia-se entre a impotência das respostas ou a adesão — com maior ou menor radicalidade — à "inevitabilidade" do ajuste.

O governo FHC nesse contexto

O governo FHC desenvolveu políticas reformistas na mesma direção que as adotadas de forma paradigmática na Espanha de Felipe Gonzáles. Buscou adequar o país à nova ordem internacional, que já havia sofrido mudanças estruturais importantes quando da sua assunção ao governo. FHC respondeu positivamente a todas as demandas impostas pela lógica do cassino global e tomou a si a tarefa de preparar o país para "ingressar no Primeiro Mundo".

As reformas pautadas pelos países capitalistas avançados no Consenso de Washington tornaram-se então uma obsessão. As privatizações de empresas estatais estratégicas e a manutenção de uma moeda estável — mesmo que por meio de artifícios cambiais — passaram, em certa medida, a dar "segurança" aos investidores do capital fixo e principalmente do capital "volátil". Estes, aqui obsequiados com as taxas de juros mais compensatórias do mundo, continuam conduzindo o país a um tal grau de endividamento, que o círculo infernal de dependência torna-se cada vez mais impossível de ser rompido.

No momento em que FHC assumiu a Presidência do país, a social-democracia internacional já migrava, em regra, para o centro e para a direita, embora hoje, na Europa, parte dela esteja buscando construir um caminho alternativo. Esse debate, não isento de autocrítica, ocorre principalmente mediante posições no interior dos partidos socialistas de Portugal e França. Mas, até então, a social-democracia incorporava de forma estrutural a *desregulamentação* e a *redução do tamanho do Estado* como elementos incontornáveis para realizar uma política "viável" no "capitalismo globalizado".

Assim, a *necessidade de reformas* passou a ser, nesse período, a *necessidade acrítica das reformas pautadas pelo projeto neoliberal*. Esta situação conduziu a esquerda da social-democracia e os socialistas-marxistas tradicionais, que não aceitaram a sua lógica, à *defesa do velho Estado*. Postura

que se tornou um fato político da maior relevância e fez surgir em nosso meio, como resposta ao neoliberalismo, *uma espécie de neoconservadorismo estatista, posição que não tinha e não tem qualquer capacidade de sedução social e potência política.*

A ideologia das "reformas" passou a ser brandida contra a esquerda como uma ideologia "progressista", não só porque as lutas reformistas sempre foram pautadas pelos movimentos populares, mas igualmente porque o Estado atual já revelara claramente sua grave crise fiscal, esgotado pela corrupção, pelas gestões irresponsáveis e pela sua utilização por grupos privados para traficar seus interesses.

As bases do governo FHC: as quatro principais alegações falsas que o sustentam

A "reforma" (desmonte) do Estado é fundamental para melhorar a situação social do país

A primeira das concepções que está na base do projeto representado por FHC, e que faz coro às políticas conduzidas pelo Banco Mundial e pelo FMI, é a de que as reformas que desmontam o velho Estado nacional-desenvolvimentista em nome da sua "modernização" são incontornáveis para melhorar a situação social do país. O jogo de cena feito publicamente jamais vincula as reformas aos interesses, por exemplo, dos grandes especuladores, que atacam as moedas fracas e ampliam seu capital sem produção e sem trabalho. A alegação é que *os "privilégios" concedidos pelo Estado aos seus servidores oneram o país, tornando-o impotente para realizar gastos sociais,*

O governo FHC nunca discutiu a verdadeira natureza dessas reformas. Limitou-se a aplicar o receituário em nome da defesa da "modernização" do Estado, que significa simplesmente *despotencializá-lo*, sem alterar as relações de poder que lhe são subjacentes. Seu governo jamais pautou a discussão sobre um projeto nacional de desenvolvimento que pudesse integrar o país na ordem internacional de maneira *cooperativa e soberana*, e não como o faz, de forma *subordinada e dependente*.

Vale a pena a longa citação de Atilio Borón:

... o caso do bem-sucedido modelo de ajuste tão elogiado pelo Banco Mundial e pelo FMI é suficientemente ilustrativo: em 1988 — isto é, quinze anos depois de inaugurado o experimento neoliberal no Chile! — a renda per capita e os salários reais ainda não eram muito superiores aos de 1973, apesar dos imensos sacrifícios impostos pela ditadura e entre os quais haveria que se destacar 15% de desemprego médio registrado entre 1975 e 1985, com um pico de 30% em 1983.

Entre 1970 e 1987 a porcentagem de lares abaixo da linha de pobreza aumentou de 17% para 38%, e em 1990 o consumo per capita dos chilenos ainda era inferior ao registrado dez anos antes. Como bem conclui Luiz Carlos Bresser Pereira, "a sociedade chilena provavelmente não teria tolerado estes custos transicionais se o regime político tivesse sido democrático". Mas isto não é tudo: dezessete anos de políticas neoliberais não só foram incapazes de diminuir os bolsões de pobreza como, ao contrário, aumentaram consideravelmente a distância que separava ricos de pobres. Jorge G. Castañeda observa com toda justeza que entre 1978 e 1988 a décima parte mais endinheirada da sociedade chilena aumentou sua participação na renda de 36,2% para 46,8%, enquanto os 50% mais pobres baixaram a sua de 20,4% para 16,8%!

No México, por seu lado, a involução econômica e social experimentada depois de mais de uma década de ajustes ortodoxos é indiscutível. Os dados oficiais demonstram que o produto nacional bruto real per capita caiu em 12,4% entre 1980 e 1990, apesar do zelo "reformista" com que o governo do PRI levou adiante as políticas neoliberais. Por outro lado, os dados indicam que nesses anos aumentou também significativamente a pobreza: entre 1982 e 1988 o salário real foi reduzido em 40% e desde então teve apenas uma leve melhoria; o tradicionalmente alto nível de desemprego — aberto e encoberto — do México se elevou ainda mais, enquanto o consumo per capita de 1990 foi 7% inferior ao registrado em 1980. Segundo Jorge Castañeda, "quando em 1992 o governo mexicano tomou públicas as primeiras estatísticas de distribuição de renda em quinze anos, resultaram aterradoras". O otimismo oficial, imperturbável diante daquelas revelações, foi no entanto violentamente sacudido pela insurreição em Chiapas, os dois magníficos, o descomunal déficit da balança comercial e, finalmente, o colapso econômico e a desvalorização do peso ocorridos no final de 1994, verdadeiro annus terribilis para os ideólogos do neoliberalismo, que tinham no caso mexicano um de seus mais brilhantes exemplos. O Brasil não se reformou e, no entanto, em termos per capita, a queda de seu produto foi inferior à experimentada pelo México. Apesar disso, o gigante sul-americano consolidou sua posição nos mercados internacionais como uma potência industrial e, por seu tamanho, como a oitava ou nona economia do mundo. Um dado sumamente interessante a ser levado em conta é que, apesar de seu regime de alta inflação e das turbulências políticas e sociais da segunda metade dos anos 80, o Brasil continuou sendo um dos mercados mais atrativos para o investimento estrangeiro, o que desmente com a contundência dos fatos a pregação dos profetas neoliberais. A Argentina dos anos 80, finalmente, nem se reformou nem cresceu, e a catastrófica queda de sua renda, medida pelos mesmos critérios dos países anteriores, foi de 33,5%. Quando nos anos 90 o governo de Menem abraça com ardor a ortodoxia neoliberal, a economia parece crescer com muita força. Na

realidade, se recupera da formidável baixa experimentada naquela década sobretudo entre 1988 e 1990. A recuperação posterior, no período 1991-94, foi inegável, mas é preciso situá-la contra o depressivo cenário da década anterior (Borón, 1995, p. 97).

Os dados levantados por Gilson Schwartz em relação a esse falacioso argumento — que, transformado em prática, tem aumentado a pobreza e o desemprego e também privado os países periféricos de qualquer projeto, mesmo que apenas "humanizador" da sociedade capitalista — também são demolidores:

Mas há um dado curioso, para dizer o menos, escondido nessas estatísticas. Examinando-se a destinação dos recursos por categoria de gasto, especialmente para os países desenvolvidos, impressiona a queda dos gastos em itens como despesas militares, educação e gastos sociais, enquanto cresce uma rubrica aparentemente inocente, "outros". As notas técnicas do Banco Mundial explicam que nestas "outras" despesas estão incluídos os gastos com juros.

Eis os números [...] para o período entre 80 e 93: para os EUA, vão de 18,2% para 23,7% do total dos gastos públicos; para a França, de 15,6% para 20,4%; na Inglaterra, de 32,9% para 33,7%; para a Alemanha, de 12,6% para 20,4%; para a Dinamarca, de 30% para 35,7%. No Brasil, de 36% para 51,1%.

Agora, a evolução dos gastos com previdência, habitação e outras políticas sociais: nos EUA, de 37,8% para 31,7% do total gasto pelo Estado; na França, de 46,8% para 45,5%; na Alemanha, de 49,6% para 45,9%; na Espanha (onde o desemprego explodiu), essas despesas de ordem social caíram de 60,3% para 38,8% do orçamento (as "outras" despesas ampliaram sua participação de 14,8% para 37,4%).

O retrato parece inequívoco: o chamado desmonte do Estado, a liberalização em nome da competitividade, a flexibilização do mercado de trabalho, a redução dos gastos sociais corresponderam, na prática, a um aprisionamento dos Estados numa ciranda financeira de proporções planetárias.

De um lado, esses dados não provam a tese de ampla redução dos gastos públicos. Ao mesmo tempo, ilustram bem como o desmonte estatal serviu na realidade a interesses muito precisos. Vem ocorrendo uma perversão dos modelos social-democratas, que se transformaram em máquinas de transferência de renda para os setores rentistas das sociedades (Schwartz, 1995, p. 2-2).

A integração dos países, de forma submissa, aos padrões de globalização determinados pelos países desenvolvidos continua operando para dilapidar fi-

nanceiramente os Estados da periferia e semiperiferia do capitalismo. O acúmulo artificial das reservas, amparado pelos juros altos em todos os países, é freqüentemente substituído por perdas brutais, quando ocorrem os "desajustes" como aqueles observados recentemente nas bolsas asiáticas. Segundo dados publicados pelo Banco Central, apenas no mês de novembro de 1997 o Brasil perdeu 1,678 bilhão de dólares, após o governo ter gasto no auge da crise do Sudeste da Ásia 8,3 bilhões de dólares para evitar uma desvalorização do real frente ao dólar. Para que possa ser mantida a fantasia da estabilidade da moeda, a economia brasileira tornou-se o exemplo mais acabado de um comportamento submisso aos interesses do sistema financeiro internacional: câmbio artificial, abertura irrestrita e endividamento cada vez maior do Estado.

A "desregulação" e a venda das empresas estatais ajudam a reduzir a dívida pública

O governo FHC tem sido pródigo em defender que a "desregulação" da economia e a venda das empresas estatais são fundamentais para a redução da dívida pública. Este argumento falacioso tem servido de "ponte" entre seu governo e determinados setores da oposição "realista". Desconsidera o que já ocorreu em outros países da América Latina, como a Argentina, que desregulamentou a economia, fragilizou seu tecido produtivo, vendeu todo o seu patrimônio e, entretanto, continua cada vez mais endividada. O projeto de reforma do Estado proposto por FHC sustenta, também, que a *venda* de estatais — e não a *reforma* dessas empresas ou a alteração da relação entre Estado e sociedade — é o que possibilitará a integração do país no "Primeiro Mundo":

É a hora em que se universaliza a revolução neoliberal, promovendo por todos os lados a desregulação e a abertura das economias nacionais, permitindo que a globalização financeira alcance uma dimensão territorial sem precedentes, mesmo quando não inclua a maior parte dos Estados nacionais. É a hora da incorporação dos Estados menos industrializados, de forma que, depois de duas décadas de internacionalização financeira, os Estados mais frágeis e as elites mais submissas foram se resignando a compor com esta nova realidade competindo pelos novos investimentos através de políticas cada vez mais agressivas de desregulação econômica e desoneração fiscal, tão mais predatórias quanto mais embaixo estiverem na escala de risco dos "mercados emergentes" (Fiori, 1997a, pp. 91-92).

O resultado das sucessivas vendas de empresas estatais pelo governo FHC, bem como das concessões de serviços estratégicos para reduzir a dívida pública, foi solenemente tragado pela chamada "crise das bolsas" de

novembro de 1997. O país fez crescer drasticamente sua dívida pública com o brutal aumento dos juros, *na tentativa de manter-se atrativo ao capital volátil*, e obrigou-se, ainda, a *inaugurar um processo que lhe poderá levar a uma grave recessão*.

A simples manipulação das taxas de juros no mercado internacional, em regra operada segundo os interesses dos países altamente desenvolvidos, "engole" o alívio momentâneo dos governos, produzido pelos recursos originários da liquidação do patrimônio público. De outra parte, a perda de instrumentos poderosos para regular a economia, transferir renda e ter uma política de subsídios, *com o objetivo de equilibrar um mercado cada vez mais sufocado pela monopolização e oligopolização privada, deixa o país cada vez mais vulnerável às instabilidades externas*, sejam elas provocadas deliberadamente ou consideradas acidentes de percurso:

É verdade que se requer um Estado forte e ágil e não um big government paralisante, mas sua capacidade de intervenção e regulação eficientes não deveria desaparecer e sim, ao contrário, fortalecer-se para poder encaminhar reformas institucionais necessárias, tanto do mercado quanto do próprio Estado. Paradoxalmente, mesmo as reformas mais liberalizantes, como as chilenas e mexicanas, demandaram um Estado forte. Que o Estado possa ser forte, sem ser autoritário, é o maior desafio que enfrentam atualmente os países do Cone Sul, particularmente o Brasil (Tavares, 1993, pp. 79-80).

Nem nos países altamente desenvolvidos, que controlam direta ou indiretamente este tipo de operação, e menos ainda nos países da periferia do sistema, esta estratégia deu certo. É o que mostra James O'Connor, num livro já clássico a respeito dos Estados Unidos:

A nova privatização dos serviços sociais e a concessão de sua gestão a firmas privadas não trouxeram o alívio fiscal que se esperava. Este fato, acrescido ao aumento de 108% entre 1970 e 1978 (ligeiramente menor que o crescimento dos salários no setor privado) nos gastos no que diz respeito a salários e saldos na administração das cidades, dos condados e do Estado, tem acrescentado tendências estruturais mais fortes que nunca à crise fiscal (O'Connor, 1994, p. 332).

Só existe uma forma para compartilharmos da nova ordem internacional

Uma das posições ideológicas mais caras ao governo FHC, que o presidente sustenta com o apoio aberto ou velado da maioria dos formado-

res de opinião da grande imprensa, é que o processo de globalização econômica obriga — sem qualquer outra opção possível — a um "caminho único". A "globalização" teria uma força imanente, suprapolítica, e a margem de adaptação dos países da periferia seria extremamente exígua. Caberia, então, aos governos desses países *adequar-se a um projeto já dado*, que exige adaptações de cada vítima, para que, ao fim e ao cabo, todos possam compartilhar da ordem global de forma "madura".

Não bastassem as diversificadas experiências de várias nações no que se refere a sua inserção na ordem global (China, Dinamarca e Portugal, por exemplo), o próprio Chile, apontado como um dos expoentes no processo neoliberal, tem uma postura diferenciada no que se refere à importante questão da relação com o capital volátil. Veja-se, para exemplificar, a informação do ex-ministro da Economia chileno e atual senador Carlos Ominami:

Em relação ao tema do "encaixe"², queria dizer que tem sido extremamente controvertido no Chile; têm ocorrido inclusive tentativas de impugnação da constitucionalidade da medida, mas finalmente esta medida, que se estabeleceu desde o ano de 1992, tem sido a meu juízo absolutamente fundamental para os efeitos de subtrair a economia chilena de um conjunto muito amplo de capitais de muito curto prazo, de "capitales golondrinas", que em outras condições poderiam ter inundado nosso país. A restrição de um encaixe de 30% é absolutamente dissuasiva no que diz respeito a este tipo de capital, assim como o requisito de permanência mínima de um ano permite distinguir com bastante clareza entre um capital especulativo de curto prazo e uma inversão com vocação de permanência no país. Para um inversionista que vai desenvolver um processo produtivo, é absolutamente irrelevante que se estabeleça um requisito de permanência de um ano. Pelo contrário, para quem busca fazer especulação com o capital, este requisito de permanência de um ano pode fazer absolutamente a diferença em relação à inversão que poderia realizar em outras praças financeiras (Ominami, s/d, p. 51, grifos meus).

(2) Depósito no Banco Central chileno.

Ora, a posição chilena demonstra que a proteção do país perante a atual ditadura do capital volátil sequer é um desafio que exija um tensionamento maior ou menor "à esquerda". É na verdade uma questão cívica, de defesa mínima do interesse nacional, qual seja, a capacidade de prever e monitorar a economia com um mínimo de soberania. No caso do Brasil, completamente sucateado pelo acentuado aumento da dependência externa, não há nenhum tipo de preocupação com o futuro estratégico. Na prática, este futuro está identificado apenas como um país "apêndice" do que ocorre e vai ocorrer nos países capitalistas centrais, mas também ignorando totalmente o que está de fato acontecendo nestes países:

Na academia, como nas instituições internacionais, tem crescido a consciência de que, após duas décadas, os resultados das políticas deflacionistas, praticamente em quase todo o mundo e sancionadas pelos mercados financeiros globalizados, seguem apresentando resultados absolutamente medíocres: a inflação tem estado sob controle, mas o desemprego disparou e os déficits e as dívidas públicas mantêm-se elevados; quase uma geração já passou, mas o crescimento não foi retomado; os trabalhadores já abriram mão de muitos de seus direitos, mas o desemprego continua aumentando; as moedas mantêm-se artificialmente altas e as elites mundiais permanecem atribuindo aos governos e aos trabalhadores a sua falta de competitividade (Fiori, 1997b, pp. 144-145).

Segundo a Unafisco, entidade dos auditores fiscais, em documento publicado em novembro de 1997,

as remessas de lucros e dividendos de filiais de empresas estrangeiras no país atingiram US\$ 2,3 bilhões no primeiro semestre de 1997, registrando um espantoso crescimento de 505% sobre igual período em 1996, valendo-se de uma mudança na legislação tributária habilmente promovida pelo governo FHC. No mesmo período, o desembolso com juros, fretes, seguros, viagens ao exterior e uso de cartões de crédito cresceu 35%. Isso mostra que, em 1998, a deterioração da balança de serviços deverá ser pior do que a da balança comercial. Assim, o apelo à recessão, relativamente eficaz para conter o déficit comercial, mostra-se inócuo para estancar o déficit na conta de serviços, que cresce de forma descontrolada (Unafisco, 1997).

O "caminho único" promovido pelo governo FHC joga o país num beco sem saída, pois, ao contrário do que ocorreu com o neoliberalismo na Europa, onde grande parte da sociedade tinha o que perder, em países como o nosso, de miséria já alarmante, a situação poderá se tornar explosiva, com graves possibilidades de desestabilização da ordem jurídica democrática. FHC e seu modelo podem estar promovendo as condições para uma guerra civil.

"O governo atual é um governo social-democrata" — uma falácia ridícula

Apoiando-se no giro à direita que a social-democracia fez em escala mundial, o governo FHC, por meio da palavra do próprio presidente, reiteradamente autoproclama-se "social-democrata". Com este artifício bus-

ca cooptar os intelectuais que necessitam legitimar sua adesão política à inevitabilidade do "caminho único" e preservar certo vínculo moral com o seu passado de esquerda.

As alegações do presidente, longe de uma defesa fundamentada da social-democracia, são, na verdade, uma resposta meramente formal, de caráter retórico, com a finalidade de dar à sua base de sustentação de "esquerda" alguma coesão e certo rumo político. A proposição, porém, manipula a teoria e perverte a política. A social-democracia tem características precisas. Ao longo do seu desenvolvimento histórico, interpôs como um dos seus fundamentos contratuais a instituição de um "direito protetor que defende os indivíduos ou as minorias ou, até mesmo, grupos majoritários, contra o poder do próprio Estado ou contra todas as formas de dominação social" (Touraine, 1996, p. 147).

Ora, o contrato social-democrata entre trabalhadores, empresários e Estado é um contrato que previne a sociedade precisamente *contra os abusos do poder do Estado submetido diretamente aos capitalistas*. Previne e pactua, segundo os interesses de bem-estar da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que *formaliza cláusulas sociais* que passam a ter *estatuto jurídico*, para a proteção contra a dominação social.

Este processo — é óbvio — ocorre nos marcos de uma sociedade capitalista regulada e baseada em consensos amplamente majoritários. A selvageria do modelo econômico de um governo sustentado por medidas provisórias é totalmente antípoda do projeto social-democrata. A social-democracia perseguiu, sempre, um modelo distributivista, reforçando as cláusulas sociais que *comprometem* o Estado.

Uma das características do projeto econômico da social-democracia, que mais o distingue dos modelos econômicos liberais ou neoliberais, é portanto o distributivismo "via" Estado. Ou seja, *o Estado regulador expropria parte da renda socialmente produzida e a retira do mercado para, mediante decisões políticas que se tornam normas do Estado, distribuí-las aos "de baixo"*.

Este processo se realiza de forma direta, por meio das pensões e demais auxílios financeiros do Estado, ou indireta, mediante, por exemplo, programas habitacionais subsidiados ou estímulos ao consumo de massas. Não é o que se verifica no governo FHC, que desenvolve políticas que vão exatamente no sentido contrário da tradição social-democrata. São políticas que cumprem rigorosamente o ritual de reduzir a capacidade do Estado de regular o desenvolvimento para apropriar-se da renda gerada e distribuí-la por meio de amplas políticas sociais.

É impossível falar em social-democracia quando

a carga tributária efetiva sobre o trabalho no país é muito superior à do capital. Enquanto a primeira atinge 19,27% dos rendimentos, a carga efetiva sobre os rendimentos de capital é de apenas 8,18%. A situação é agravada ainda pela carga de tributos indiretos, que pesa sobre os assalariados, da ordem de 16, 75%. Este fato evidencia clara-

mente a falácia do argumento que afirma que pesa sobre as empresas brasileiras (ou sobre os detentores de capital) uma brutal carga tributária. Em que pesem tais números, o atual governo promoveu uma série de mudanças na legislação ordinária, diminuindo ainda mais a tributação do capital, enquanto onera os que vivem do trabalho (Unafisco, 1997).

O governo FHC é neoliberal e elitista

Se analisarmos as forças sociais e políticas que sustentam o governo FHC, concluiremos que ele se apoia basicamente nos setores mais conservadores e reacionários da sociedade brasileira. Esta conclusão se imporá a menos que a globalização — além de dissolver os Estados-nação, como querem os seus ideólogos — também tenha "dissolvido" — num passe de mágica — classes, interesses, elites, enfim, aqueles "tipos" dos quais sempre se serviram a ciência política, a sociologia e a teoria econômica para identificar dominados e dominadores nas sociedades de classes.

Os banqueiros, o PFL, a elite conservadora, os novos aderentes vindos da esquerda (cujas teorias legitimam "as reformas"), as bancadas oligárquicas do Nordeste, enfim, toda uma gama de representantes, não só de uma nova estirpe de "moderados", mas também da velha reação, está *ao lado de FHC*.

Não se trata de considerar o presidente ou a sua intelectualidade como "traidores" da nação e das classes populares, mesmo porque em parte este translado é feito com convicção, mas de recorrer a uma simples verificação empírica sobre os novos compromissos assumidos por estes setores, num quadro em que se visualize *quem ganha e quem perde* com o governo FHC. Revelar-se-á, assim, a quem serviram, estruturalmente, os processos socioeconômicos reais que produziram a estabilidade monetária, a quem esta situação está concretamente servindo hoje e ainda, objetivamente, a quem servirá no futuro.

A promessa do governo sobre o futuro do Brasil, de um país que vai romper as barreiras do Primeiro Mundo e adquirir a estatura de nação desenvolvida, é totalmente infundada. A atual ordem mundial, para ser mantida com os mesmos privilégios que asseguram o padrão de vida das elites, tanto dos países ricos como dos pobres, não tem vaga para um país como o nosso:

Os Estados, individualmente, podem conseguir, e conseguem, cruzar o golfo que separa a riqueza modesta da semiperiferia da riqueza oligárquica do núcleo orgânico, como ocorreu com o Japão recentemente e com alguns outros antes do Japão. Mas os êxitos, individualmente, levam a um retesamento das tendências excludoras e exploradoras dos Estados do núcleo orgânico e com isso aprofundam e ampliam o golfo

REFERÊNCIAS

- Albert, Michel. *Capitalismo contra capitalismo*. Barcelona: Paidós, 1991.
- Anderson, Perry. *Democracia y socialismo*. Buenos Aires: Tierra del Fuego, 1988.
- Arrighi, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- Borón, Atilio. "A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal". In: Sader, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo — As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- Fiori, José Luís. "Globalização, hegemonia e império". In: *Poder e dinheiro — Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997a.
- _____. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997b.
- Gorz, André. "Saindo da sociedade do trabalho assalariado". *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, 9(3), 1995.
- Miranda, Sérgio. *Três teses contra o Plano Real e três a favor de um orçamento nacional, democrático e popular*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1997.
- O'Connor, James. *La crisis fiscal del Estado*. 2ª ed. Barcelona: Península, 1994.
- Ominami, Carlos. *La legislación chilena y el control de capitales externos*, s/d.
- Sader, Emir. "A hegemonia neoliberal na América Latina". In: *Pós-neoliberalismo — As políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- Schwartz, Gilson. "Como reformar não é consenso". *Folha de S. Paulo*, 12/12/95, p. 2-2.
- Tavares, Maria da Conceição. "As políticas de ajuste no Brasil: Os limites da resistência". In: *Desajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- Touraine, Alain. *O que é a democracia?* Petrópolis: Vozes, 1996.
- Unafisco. *Carta de Recife. Real II: a tributação dos inocentes*. V Congresso Nacional dos Auditores Fiscais, Recife, 28 de novembro de 1997.

para aqueles que ficam para trás. Fica, portanto, inerentemente mais e mais difícil subir destatus (Arrighi, 1997, p. 219).

Na verdade,

nessa doutrina perversa, a proteção do dinheiro dos ricos é a meta suprema. Quando o crescimento passa de 2,5-3% ao ano, o desemprego cai abaixo de 6% e a inflação sobe e ameaça corroer essa mirabolante estrutura monetária mundial. O Estado eleva os juros que paga por seus papéis. Assim, atrai capitais de outras esferas econômicas, contém os investimentos, afeta a demanda agregada, provocando queda do crescimento, recessão e desemprego. Tudo em nome da "sagrada" estabilidade monetária e da luta contra a inflação, mandamento número um para manter os ganhos da oligarquia financeira. Na prática, equívale a punir os trabalhadores e apoiar com impostos os monopólios privados e os ricos em geral, que são os credores da dívida pública (Miranda, 1997, pp. 32-33).

FHC continua impune politicamente porque chegou ao governo numa fase favorável, ou seja, num momento em que os dominadores precisavam da sua retórica para reciclar-se e nós, da esquerda, ainda não tínhamos completado a "muda":

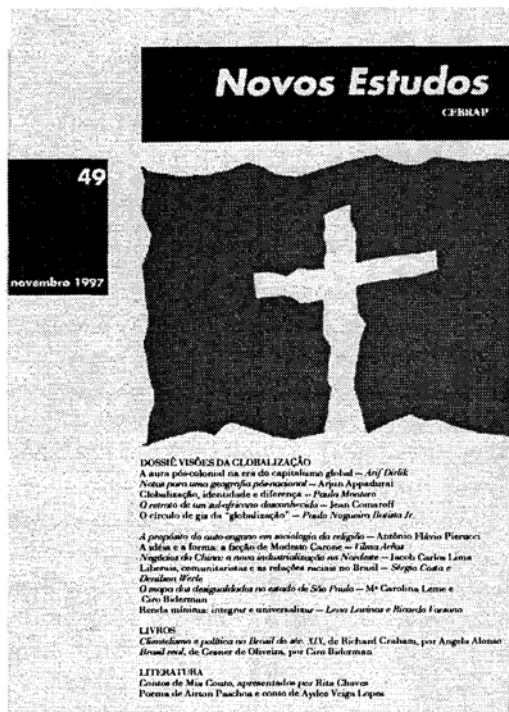
O neoliberalismo sobrevive a si mesmo pela incapacidade da esquerda, até aqui, em construir formas hegemônicas alternativas para sua superação. Que articulem a crise fiscal do Estado com um projeto de socialização do poder, que desarticulem ao mesmo tempo as bases de legitimação do neoliberalismo, entre as quais se situam, prioritariamente, a passividade, a despolitização, a desagregação social (Sader, 1995, p. 37).

Já há, porém, em escala mundial, um recuo na hegemonia neoliberal. Este recuo está demonstrado não só pelas eleições na França, Inglaterra e Argentina, pelas eleições municipais na Itália, mas também pela perplexidade internacional causada pelo modelo, com as sucessivas crises das bolsas e a anarquia financeira dos chamados "países emergentes", até então apontados como "modelos". Aqui, FHC não temerá em sacrificar o futuro do país visando manter as aparências de sucesso até as eleições de 1998. Sua meta é dar um padrão de vida de "Primeiro Mundo" para, quem sabe, 15% da população brasileira. Os "descartáveis", porém, já estão criando condições para reagir e, em 1998, FHC, perplexo, poderá ouvir o que a dupla Chirac-Juppé ouviu em 1997: "O rei está nu".

Recebido para publicação em
9 de janeiro de 1998.

Tarso Genro é advogado, membro do Diretório Nacional do PT e ex-prefeito de Porto Alegre.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 50, março 1998
pp. 41-53



DOSSIÊ VISÕES DA GLOBALIZAÇÃO

A aura pós-colonial na era do capitalismo global — Arif Dirlik
Notas para uma geografia pós-nacional — Arjun Appadurai
Globalização, identidade e diferença — Paula Montero
O retrato de um sul-africano desconhecido — Jean Comaroff
O círculo de giz da "globalização" — Paulo Nogueira Batista Jr.

A propósito do auto-engano em sociologia da religião — Antônio Flávio Pierucci
A idéia e a forma: a ficção de Modesto Carone — Vilma Arêas
Negócios da China: a nova industrialização no Nordeste — Jacob Carlos Lima
Liberais, comunitaristas e as relações raciais no Brasil — Sérgio Costa e Denilson Werle
O mapa das desigualdades no estado de São Paulo — M^a Carolina Leme e Ciro Biderman
Renda mínima: integrar e universalizar — Lena Lavinas e Ricardo Varsano

LIVROS

Clientelismo e política no Brasil do séc. XIX, de Richard Graham, por Angela Alonso
Brasil real, de Gesner de Oliveira, por Ciro Biderman

LITERATURA

Contos de Mia Couto, apresentados por Rita Chaves
 Poema de Ailton Paschoa e conto de Aydee Veiga Lopes

Novos Estudos

CEBRAP

ASSINATURA

Nacional (sujeito a revisão):

para 1 ano (3 números) R\$ 30,00
 para 2 anos (6 números) R\$ 55,00

Internacional US\$ 70,00

Número avulso R\$ 12,50

Envie o cupom abaixo com cheque nominal para:

Editora Brasileira de Ciências

Rua Morgado de Mateus, 615 – CEP 04015-902 – São Paulo – SP

Tel. (011) 574-0399 Fax (011) 574-5928

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Telefone: _____

Para usar seu cartão **Credicard MasterCard** ou **Diners Club**, ligue (011) 574-0399